O Payment Services Act 2019 e a licença para digital payment tokens

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O Payment Services Act 2019 (PSA, a lei de serviços de pagamento) é a lei sob a qual a maioria dos negócios cripto de Singapura é licenciada. Foi aprovado em janeiro de 2019 e entrou em vigor em 28 de janeiro de 2020, substituindo o Payment Systems (Oversight) Act e o Money-changing and Remittance Businesses Act por um marco único, baseado em atividades, para sete serviços de pagamento.[1] Um dos sete é o "digital payment token service". Um digital payment token (DPT, token de pagamento digital) é definido como uma representação digital de valor expressa em unidades, que não é denominada em nenhuma moeda nem atrelada a ela pelo emissor. Deve destinar-se a servir como meio de troca aceito pelo público como pagamento de bens ou serviços ou para a quitação de uma dívida. Deve poder ser transferido, armazenado ou negociado eletronicamente e satisfazer as demais características que a MAS venha a prescrever.[2] Bitcoin e Ether são DPTs. Uma stablecoin atrelada a uma única moeda está, em princípio, excluída da definição de DPT por ser atrelada. A MAS tem, no entanto, regulado na prática as stablecoins de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

moeda única como DPTs, enquanto aguarda o marco específico descrito na Seção 5. A moeda eletrônica (e-money), que é denominada em uma moeda e representa um crédito contra o emissor, tem sua própria categoria.

O âmbito do serviço de DPT foi ampliado pelo Payment Services (Amendment) Act 2021, que a MAS pôs em vigor em 4 de abril de 2024. Antes dessa data, o serviço abrangia a negociação de DPTs e a facilitação de sua troca quando o prestador entrava na posse de dinheiro ou de tokens. Desde então, abrange também a transferência de DPTs, a custódia de DPTs e a facilitação da troca sem posse, o que trouxe para dentro do perímetro os custodiantes puros, os corretores e os serviços de transferência.[3] Uma empresa que presta um serviço de DPT precisa de uma licença de standard payment institution se seu volume mensal de operações ficar abaixo de S$ 3 milhões para um único serviço ou de S$ 6 milhões para dois ou mais serviços. Acima desses limites, precisa de uma licença de major payment institution.[4] Na prática, quase todos os negócios de DPT sérios solicitam desde o início a licença de major payment institution. A Parte K, Capítulos I e II, trata da licença em detalhe.

A licença de DPT acarreta obrigações que vão muito além da prevenção à lavagem de dinheiro. O licenciado deve segregar os ativos dos clientes e mantê-los em trust, devendo guardar pelo menos 90% dos DPTs dos clientes em armazenamento a frio (cold storage). Deve manter controles de risco tecnológico que atendam às Technology Risk Management Guidelines da MAS, submeter-se a uma auditoria independente anual e cumprir as medidas de acesso dos consumidores descritas na Seção 6.[5] O processo de licenciamento é lento e seletivo. A MAS recebeu várias centenas de pedidos após 2020 e, até meados de 2026, havia concedido licenças ou aprovações de princípio a algumas dezenas de prestadores de serviços de DPT, entre eles Coinbase, Crypto.com, OKX, Gemini, Paxos e Circle.

Notas

1. Payment Services Act 2019 (No. 2 of 2019), em vigor desde 28 de janeiro de 2020 pela Payment Services Act 2019 (Commencement) Notification 2019, com regimes de transição de seis meses para prestadores de serviços de digital payment tokens e de doze meses para outras atividades recém-reguladas. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

2. Payment Services Act 2019, seção 2(1), definições de “digital payment token”, “digital payment token service” e “e-money”; First Schedule, Part 3. ↩
3. Payment Services (Amendment) Act 2021 (No. 1 of 2021), alterações da First Schedule, Part 3, em vigor desde 4 de abril de 2024; MAS, “Response to feedback received on consultation on proposed amendments to the Payment Services Act”, 2 de abril de 2024. ↩
4. Payment Services Act 2019, seção 6(5) (limites para standard payment institutions); Payment Services Regulations 2019, reg. 15 e seguintes (capital mínimo: S$ 100.000 para uma standard payment institution e S$ 250.000 para uma major payment institution). ↩
5. Payment Services (Amendment) Regulations 2023 e MAS Notice PSN08 “Disclosures and Communications”; MAS, Guidelines on Consumer Protection Measures by Digital Payment Token Service Providers (PS-G03), revistas em 19 de setembro de 2024, Capítulo 5 (proteção dos ativos dos clientes), com o parágrafo 5.3 em vigor desde 4 de outubro de 2024 e o restante desde 19 de junho de 2025. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.